

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2020.15.5-6>

Apresentação

No momento em que escrevo esta apresentação, no dia 24 de junho de 2020, o Brasil encontra-se no epicentro mundial da pandemia da Covid-19 e já registrou a morte de mais de 52 mil pessoas. Infelizmente, o cenário é bastante grave e os números tendem a ser cada vez mais alarmantes. Para além dessa crise sanitária, o país terá de enfrentar a pior crise econômica de sua história, que deixará milhões de pessoas sem emprego e sem muita perspectiva de futuro, quadro que é agravado em relação à população mais vulnerável socialmente. Enquanto isso, nosso presidente da República e seu governo têm uma forma muito particular de interpretar a realidade dolorosa que afeta o país, que é construindo a sua própria versão da realidade. Fatos históricos, ciência, estatísticas, para esse governo, não comunicam nada para além do que lhe agrada ideologicamente. Negacionismo e revisionismo são defesas correntes desse governo e de seus apoiadores. Há uma perversidade nessa forma de agir e um autoritarismo escancarado. Nega-se a pandemia, nega-se a ditadura, nega-se os direitos humanos. Mais do que isso: nega-se a morte. O governo é indiferente a ela. Os milhares de brasileiros mortos não sensibilizaram o chefe na Nação até hoje. Seu discurso naturaliza a morte, a torna desimportante como acontecimento social. Bolsonaro desresponsabiliza-se pela vida dos brasileiros quando encara a morte unicamente como evento biológico. A morte como um acontecimento social e público evitável o presidente não consegue acessar, e, por isso, a vida dessas pessoas não faz sentido. Para quem defende tortura e torturadores e armas como política pública, não é de se estranhar a posição.

No combate à Covid-19, por exemplo, o governo colocou-se contra as orientações da OMS, negou todas as evidências e pesquisas médicas e, justamente por discordar da medicina, no momento mais grave da pandemia estamos sem ministro da saúde. Sim, nosso ministro interino da saúde é um militar sem formação médica. O governo nega a ciência. Não aceita a medicina, por isso não consegue um médico para ser ministro da saúde. O presidente e seus apoiadores chegaram a defender um medicamento (famosa cloroquina) para o combate da Covid-19 sem nenhuma comprovação científica. Chegamos ao quadro dramático que transforma opiniões e verdades inventadas em algo mais importante que o conhecimento. Para o governo, a economia é mais importante que o combate à doença. Talvez por que as vítimas sejam pessoas mais velhas e com comorbidades e que as infectadas, em maior número, residam em áreas mais vulneráveis e frequentemente diariamente o transporte público lotado para ir trabalhar. Será que idosos, doentes e mais pobres são vidas que não merecem ser vividas plenamente? O governo não se interessa por essas vidas? Ao normalizar a morte dessas pessoas, o presidente assume uma posição quase darwinista de sobrevivência, para não dizer eugênica.

Esse governo exalta o regime militar, estimula atos públicos contra os demais poderes, enaltece torturadores e critica abertamente quem defende os direitos humanos. Destaca, em alto e bom som, que governa para majorias, em nome delas e somente para elas. Apela, por isso, para narrativas homogeneizadoras, como Deus, pátria, família e homens de bem. Elege inimigos o tempo todo e faz da tensão com os demais Poderes uma forma de seu agir político. Sua tendência de ameaçar os demais poderes e de impor sua própria realidade como protagonista histórica, indica que o governo despreza as potencialidades dialogais inerentes aos conflitos gestados democraticamente. Simplesmente não aceita divergências. Em palavras bem objetivas: o governo do presidente Bolsonaro não é um grande apreciador das formas democráticas de condução da República. O Brasil precisa se dar conta dos riscos que a democracia brasileira

sofre. Ela está sendo ameaça em tempo de normalidade democrática. O ódio, o medo, o fundamentalismo, crescem num momento em que cada um constrói a realidade à sua maneira. A virtualização do mundo público e da vida íntima acelerou esse fenômeno. A democracia precisa de uma realidade comum sobre a qual se possa estabelecer uma discussão intersubjetiva. Narrativas de ordem, de segurança, de autoridade, de religiosidade, surgem como mecanismos de segurança numa sociedade fragmentada e sujeitos erodidos. A virtualização da vida afetou nossas subjetivas e, de modo muito especial, a forma de funcionamento da nossa democracia. Para se ler e interpretar bem o Brasil, teremos de compreender, para além das ruas, as redes. Elas estão sendo a própria realidade. Negam, mudam, inventam, tudo a critério de quem nelas atua e influencia. Elegem prioridades pessoais, escolhem e derrubam políticos. Precisamos que a realidade da ciência, da cultura, da história, ocupe seu lugar. Não deixemos esse governo moldar a realidade à sua maneira. Um governo que nega a morte, a medicina, a história, os direitos humanos, pode muito bem negar a democracia. Estejamos alertas. Os textos que compõem mais um número de nossa Revista, têm compromisso declarado com os direitos humanos e o projeto democrático de nosso país.

Douglas Cesar Lucas
Editor